

A  
Divisão de Licitações  
Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08  
Candelária - RS  
Emails  
[licitacoes@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes@candelaria.rs.gov.br)  
[licitacoes2@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes2@candelaria.rs.gov.br)

Prefeitura Municipal  
de Candelária - RS  
**Protocolo**  
Nº 8529  
Data: 05/11/19  
Enc: S

COMPANHIA RIOGRANDENSE  
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

solvi

CRVR

**Ref.: Impugnação ao edital de pregão nº 036/2019**

Prezados Senhores,

A CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA. vem nos termos do art. 41 da Lei 8.666/93 c/c item 15.1 do Edital impugnar e requerer esclarecimentos a respeito do Edital que regula o certame em epígrafe, pelos termos que passa a expor:

**I - DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA DOS LICITANTES.**

O item 7 do Edital prevê os requisitos de habilitação dos licitantes. No caso constam **apenas** requisitos para a comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e técnica.

O edital não apresenta qualquer exigência relativa a demonstração da qualificação econômico-financeira dos licitantes, de modo que neste particular o edital não atende as exigências previstas nos artigos 27, III e 31 da Lei 8.666/93, ou seja:

*Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:*

- I - habilitação jurídica;*
- II - qualificação técnica;*
- III - qualificação econômico-financeira;*

O artigo 31 da Lei 8666/93 prevê ainda que:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;*

*II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;*

(...)

§5º - a comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

(nossos os grifos)

A lei exige que seja realizada tal análise a luz destes documentos para avaliar se os licitantes gozam de boa saúde financeira, segundo lição de JOSÉ CRETELLA JÚNIOR:

*"Mediante cálculo de índices contábeis, previstos no edital e justificados no processo administrativo, que tenha dado início ao procedimento licitatório, é possível comprovar, de modo objetivo, a real situação financeira da empresa" (in Das Licitações Públicas, Forense, 1998, p. 206). (nosso o grifo)*

Além da previsão de apresentação da documentação prevista no artigo 31, o edital também deverá fixar a necessidade de atingimento de índices financeiros para comprovar essa capacidade. Neste sentido o impugnante apresente uma fórmula que usualmente é aplicada em editais semelhantes:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: (1,00)}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{índice mínimo: (1,00)}$$

$$\text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: } \frac{\text{PL}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{índice mínimo: (0,70)}$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{AT}} = \text{índice máximo: (0,60)}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

No caso estes índices representam padrões médios de mercado, de modo que a utilização destes viabiliza a seleção de empresas em condições financeiras que garantem ao Município a escolha de prestadores de serviços aptos ao atendimento das obrigações inerentes ao contrato. A utilização destes critérios vai ao encontro da Súmula 289 do TCU que prevê:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Neste sentido JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR aponta para a necessidade de apresentação destes esclarecimentos, uma vez que a mera escolha aleatória de índices financeiros implica invalidade da exigência, a qual deve ser obrigatoriamente fundamentada.

*"A escolha dos índices de aferição da situação financeira dos habilitantes deverá estar exposta e fundamentada no processo administrativo da licitação, do qual resultará o texto do edital."*

*As razões da escolha (incluindo menção às fontes de consulta, sobretudo revistas especializadas) devem guardar nexos causal com a índole do objeto e o grau de dificuldade ou complexidade de sua execução, a fim de que se cumpra o mandamento constitucional de serem formuladas tão-somente exigências necessárias a garantir o cumprimento das obrigações que se venham avençar" (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Ed. Renovar, 1997, p. 243). (nosso o grifo)*

Diante do exposto deve ser alterado o Edital de modo a que conste a previsão de apresentação da documentação exigida por lei sob pena de nulidade do certame.

## II - DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE DO ATERRO PARA O RECEBIMENTO DE RESÍDUOS

O presente edital estabelece no item 6 as seguintes exigências em relação a qualificação técnica dos licitantes:

6.3 Apresentação de cópia da Licença de Operação (LO) do aterro sanitário em nome da contratada, **contendo informações que atestem a capacidade de recebimento mensal** dos resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito gerados no município, especificado no item 3.1.1.

Não obstante exista a previsão de apresentação da licença de operação com a fixação da capacidade de recebimento mensal do aterro, cumpre também ser exigido pelo Edital que o licitante/postulante comprove que a capacidade de recebimento não será afetada por compromissos existentes ou que por ventura venham a ser aceitos, sob pena do Município contratar aterro cuja capacidade será superada ao longo do prazo do contrato.

A Lei 8.666, em seu artigo 43, § 3º faculta a Administração que diligencie em qualquer fase da licitação para que efetue diligências e esclareça ou complemente a instrução do processo:



Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Segundo Marçal Justen Filho, "a diligência é uma providência para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação, seja quanto ao próprio conteúdo da proposta." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 16. ed., RT: São Paulo, 2014, p. 803). Neste sentido, seguem julgados do Tribunal de Contas da União:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014-Plenário, julgado em 03.12.2014, Relator Marcos Bemquerer). Grifamos.

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993) (Acórdão 2730/2015-Plenário, julgado em 28.10.2015, Relator Bruno Dantas). Grifamos.

Tendo em vista que o edital no seu item 6.3, exige que o aterro esteja licenciamento e **tenha capacidade** para o recebimento dos resíduos do Município de Candelária, pelo prazo de mínimo de 12 meses, podendo o respectivo contrato ser prorrogado por até 60 meses, deverá ser complementada a exigência de modo a que os postulantes apresentem declaração de que o aterro detem capacidade de recebimento de resíduos em face do que consta na licença e compromissos já assumidos para o Aterro.

### III DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E A REAL DISTÂNCIA MÁXIMA DO ATERRO EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO

O item 1.1 do Edital prevê como objeto do certame o seguinte:

#### 1 - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a prestação de SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO TIPO REJEITO EM ATERRO SANITÁRIO, CONFORME PROJETO BÁSICO (ANEXO IV).

Já o item 3.1.2 do certame esclarece que o Município será o responsável pelo transporte dos resíduos sólidos urbanos até o aterro de destinação final, *in verbis*:

3.1.2 O serviço de transporte dos resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito será efetuado por empresa terceirizada, podendo as entregas ser realizadas diariamente, ou em menor frequência, exceto aos domingos, sendo a periodicidade vinculada ao planejamento da empresa terceirizada responsável pelo transporte..

**A alínea “a” do item 7.1.4 do Edital estabelece a distância máxima de localização do aterro para participação do presente pregão presencial será de 215 km<sup>1</sup>, contudo o item 4.1 do projeto básico menciona a distância de 250 km<sup>2</sup>.**

Independentemente da necessidade de esclarecimento quanto a qual das duas distâncias deverá ser adotada pelos licitantes, condição essa que deve ser esclarecida na resposta a presente impugnação, cumpre ainda retificar o critério de escolha da proposta, a qual não leva em consideração os custos com o transporte do resíduo.

Ocorre que o Edital, em seu item 6, não considera como critério de julgamento a estimativa de custos com o transporte dos resíduos sólidos urbanos até o aterro participante do certame. Assim dispõe o item 6 do Edital:

#### 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**6.1. A proposta financeira deverá ser apresentada por item e o julgamento ocorrerá pelo MENOR VALOR POR ITEM.**

6.1.1. As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido no Termo de Referência (ANEXO I).

6.2. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.3. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.4. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação da vencedora.

<sup>1</sup> 7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração, sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que o aterro sanitário está localizado a uma distância máxima de 215 km (duzentos quilômetros) do município de Candelária/RS;

<sup>2</sup> DO PREÇO (do projeto básico)

4.1 A formação de preço para o serviço a ser contratado, está vinculado a levantamento de preço praticado por 3 unidades de aterro sanitário, distantes no máximo 250 km, do município de Candelária.

6.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

6.7. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a 30,00 (trinta reais) do valor global.

6.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.9. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no 7 impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.10. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.14. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- e) após a fase de lances e negociação, mantiverem seus valores superiores ao do Termo de Referência.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.15. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como



critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.16.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.17. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.16.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.18. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.17 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.19. O disposto nos itens 6.16 a 6.18, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.20. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.21. A sessão pública não será suspensão, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Divisão de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.22. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

O item 6 acima transcrito apenas prevê como critério de julgamento a oferta de menor valor, quando deveria considerar a distância de cada aterro participante do pregão em razão dos custos do transporte.

Em que pese o Município seja responsável pelo transporte dos resíduos sólidos urbanos, consoante prevê o item 1.2 do Edital, a Despesa Estimada com o Transporte em função da distância de cada aterro **não pode ser desconsiderada para a escolha da proposta vencedora.**

O valor de pedágio, se houver, do combustível em razão da distância recorrida por viagem até o aterro de disposição final de resíduos deve ser considerado no momento de apuração do valor constante de cada Proposta, sob pena de vencer licitante com menor preço por tonelada, porém com aterro

mais distante, encarecendo a destinação final dos resíduos sólidos urbanos em razão dos elevados custos de transporte.

Desta forma, a CRVR entende que o edital deve ser alterado de modo a que seja especificada a real distância que o Edital fixa (215 ou 250 KM) assim como deve ser incluído no critério de julgamento o preço por tonelada destinada e o valor da despesa de frete que será gasta em razão da localização do aterro, considerando a despesa de ida e volta do veículo da prefeitura, além dos custos com pedágio, combustível e depreciação.

O critério de julgamento das propostas deverá ser a soma das duas despesas (destinação e transporte) consideradas no critério transporte a localização de cada aterro.

### III - DO PEDIDO

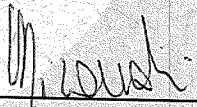
Diante do exposto a CRVR requer seja conhecido e provido a presente impugnação ao Edital a fim de que:

1. Sejam incluídos no Edital a exigência legal de apresentação dos documentos previstos **artigos 27, III e 31, I, II e III e alíneas "c" e "d"** e os índices referidos no art. 40, 41 e 43 todos da Lei 8.666/93 para comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes; e
2. Uma vez esclarecido qual a distância máxima que o aterro deve ter do Município (215 km ou 250 km), requer seja fixado um critério de julgamento das propostas que considere a soma das despesas com a destinação e com o transporte do resíduo.
3. Seja exigida dos licitantes uma declaração de que o aterro detém capacidade de recebimento do resíduo licitado considerando o volume informado na licença de operação e os compromissos já assumidos pelo postulante.

Nestes termos pede deferimento.

Porto Alegre, 31 de outubro de 2019.

**CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.**

  
\_\_\_\_\_  
**Leomyr de Castro Girondi**  
**Diretor Comercial**